

## REPRESENTANDO A DIVERSIDADE HUMANA POR MEIO DA AUTORIA E DA RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA

**Lucilia Vernaschi de Oliveira**  
Doutoranda em Educação (UEM)

**Solange Franci Raimundo Yaegashi**  
Prof<sup>a</sup> do Dept<sup>o</sup> de Teoria e Prática da Educação e do  
Programa de Pós-Graduação em Educação (UEM)

**Resumo:** O presente trabalho trata-se de uma estratégia de ensino desenvolvida com estudantes do curso de formação de professores, direcionada a educandos dos anos iniciais do ensino fundamental e de suas famílias, com temáticas relacionadas à composição familiar, à diversidade humana e à pluralidade de gênero. Nosso objetivo foi desenvolver a autoria em educandos, por meio da produção de livretos de literatura infantojuvenil, bem como conscientizá-los a respeito da diversidade na formação da sociedade e do respeito que devemos ter ao lidar com a heterogeneidade humana. Esta proposição foi trabalhada no curso de Formação de Professores em nível médio, em uma escola localizada na região norte do Estado do Paraná, na disciplina de Concepções Norteadoras da Educação Especial, sendo que as alunas produziram livretos e os apresentaram a alunos/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental e as suas respectivas famílias. A sugestão metodológica demonstrou-se bastante satisfatória, pois, além de desenvolver o gosto e habilidades literárias nos estudantes, também cumpriu a função de compreensão empática, levando-os a conceber que, por sermos seres únicos, portanto diferentes, precisamos respeitar e sermos respeitados em nossas individualidades, pois o que nos iguala é a raça humana a que pertencemos.

**Palavras-chave:** Diversidade humana; pluralidade de gênero; relação família e escola; estratégia de ensino; autoria.

### INTRODUÇÃO

A elaboração do presente artigo é resultado de nossa experiência como docente no curso de formação de professores, e dos vários paradigmas de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais a que passamos, desde modelos excludentes como práticas segregadoras em escolas especializadas,

Realização:



Apoio:



à integração em salas especiais em escolas regulares, até o atual advento da inclusão em salas regulares de ensino.

No que se refere especificamente ao atendimento a alunos com deficiência, algumas políticas públicas atuais asseguram que estes estudem, preferencialmente, e sendo possível, em salas do ensino regular, com ou sem profissional para atender suas especificidades, como o intérprete de língua de sinais, por exemplo.

O direito à educação inclusiva está presente em dispositivos legais vigentes, como a Constituição Federal de 1988, no inciso III do art. 208, e definido pelo art. 2º do Decreto 7.611 de 2011 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN 9.394 de 1996, que de acordo com o art. 58, a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializados.

Outro instrumento norteador de inclusão é o que apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), o qual orienta os sistemas de ensino para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, preferencialmente, em classes comuns, de forma a abranger todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Uma conquista recente foi a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado, conforme seu art. 1º “[...] a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Lei nº 13.146/2015).

No contexto educacional, não somente as pessoas com deficiência necessitam ser assistidas em suas necessidades, pois há outros grupos que, por questões de diversidade humana, também precisam ser atendidas em suas demandas. Fato que levou, recentemente, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoções dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> Transexuais, são as pessoas que ao nascer são identificadas biologicamente com um gênero, contudo se identificam e se enquadram no gênero oposto. Independente de realizar cirurgia para efetuar a mudança de sexo. A identificação com o sexo oposto ao qual foi identificado é o suficiente para caracterizar a transexualidade (VALLE; MÉLO, 2016, p. 110).

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



constituir parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino. Uma de suas conquistas é o direito ao nome social<sup>2</sup> e ao uso de banheiros conforme identidade de gênero.

A escola, por lidar com o conhecimento, deveria ser uma das principais instituições de emancipação do sujeito, no entanto, enquanto extrato social, reproduz e sedimenta ideologias sociais, políticas, econômicas, culturais e outras. Neste ambiente, muitas vezes perverso, os desiguais, os diferentes, os que não se encaixam no “rol de normalidade” estipulado pela e para a maioria, sofrem toda sorte de opressão que os (nos) levam a não ver nela um ambiente democrático e justo.

Nesse sentido, as questões da diversidade, do trato ético e democrático das diferenças, da superação de práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes se articulam com a construção da justiça social, a inclusão e os direitos humanos, considerando que a escola é um espaço em que os conhecimentos científicos e as relações sociais se estabelecem.

Nesse sentido, apesar de os estudantes com deficiência terem gerado preocupação no meio acadêmico e científico, uma vez que este alunado possui características tanto biológicas quanto sociais que precisam ser compreendidas, consideradas e valorizadas, paralelamente, há no meio educacional, um número considerável de alunos que, mesmo sem diagnóstico de déficit sensorial, cognitivo, sócio-emocional ou queixas de dificuldades de aprendizagem, apresentam consideráveis dificuldades acadêmicas, conseqüentemente, além do fracasso escolar também são vítimas de exclusão que os levam à evasão escolar, muito antes da conclusão do ensino básico.

Em virtude dos aspectos acima apresentados, afirmamos que a diversidade humana deve ser compreendida como construção histórica, social, cultural e política, que se realiza nas difíceis relações sociais e de poder. Assim sendo, cabe à escola, por meio de práticas inclusivas, promover a acolhida, o trabalho pedagógico consistente, capaz de contribuir e efetivar a aprendizagem e o desenvolvimento

---

<sup>2</sup>O nome social é aquele pelo qual pessoas autotrans preferem ser chamadas cotidianamente, refletindo sua expressão de gênero, em contraposição ao seu nome de registro civil, dado em consonância com o gênero ou/e o sexo atribuídos durante a gestação e/ou nascimento (MARANHÃO FILHO, 2012; p. 93).

Realização:

Apoio:



pessoal, escolar/cultural e social de todos os estudantes, rumo a uma política pública de universalização do acesso a todos os educandos na escola, valorizando as diferenças e atendendo as especificidades educacionais na perspectiva da educação inclusiva.

Para compreensão destas reflexões e inquietações que estão presentes no espaço escolar e social, e por considerar o papel fundante do/da professor/a na condução não só do ensino, mas na formação de atitudes e valores de bom convívio social, desenvolvemos uma estratégia de ensino no curso de formação de professores, cujo objetivo foi desenvolver a autoria em educandos, por meio da produção de livretos de literatura infantojuvenil, bem como conscientizá-los a respeito da diversidade na formação da sociedade e do respeito que devemos ter ao lidar com a heterogeneidade humana.

Acreditamos que a qualidade da mediação pedagógica contribui significativamente para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e psicoafetivas do estudante. Deste modo, nossa proposição ao motivá-los a produzir livretos, visou despertar neles habilidades de produção linguística, artística e de autoria literária. Por outro lado, a apresentação e exploração, do material elaborado, a educandos dos anos iniciais do ensino fundamental e a seus familiares, contribui para a conscientização do respeito que devemos ter com a diversidade humana, pois somos partes da raça humana, bem como, com a (in) visibilidade social a respeito do “diferente” e do “deficiente”.

E em se tratando da sociedade brasileira, é preciso considerar a sua formação plural, com grupos étnicos distintos, com cultura e história próprias. Em consequência disso, precisamos questionar e refletir sobre o papel fundante da escola na formação de seus alunos/as, principalmente quando se trata de tema inquietante, como o da sexualidade humana, o que, quase sempre, é recusado na prática educativa escolar. Entretanto, frequentemente a escola tem sido cobrada para enfrentar as implicações, sobretudo, de questões de sexualidade, num contexto histórico-cultural, que foi e continua sendo repressor.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



## PERCURSO METODOLÓGICO

Participaram da pesquisa 30 (trinta) alunos do curso de formação de professores em nível médio, de uma escola pública localizada na região norte do estado do Paraná, na disciplina de Concepções Norteadoras da Educação Especial. Trata-se de uma estratégia de ensino para trabalhar conteúdos relativos a inclusão e diversidade humana, bem como, questões relacionadas à identidade e pluralidade de gênero.

A atividade teve duração de um trimestre e seguiu os seguintes passos: seleção e estudo teórico dos conteúdos a serem representados, por meio de pesquisas, apresentações de seminários, projeção de vídeos e documentários, discussões e conclusões; escolha da temática a ser trabalhada no livreto; produção escrita do enredo textual; mediação pedagógica sobre o material elaborado; e, elaboração definitiva do livreto, com a sua ilustração e escrita. O trabalho prático foi realizado em duplas, formadas pela livre escolhas dos/as alunos/as.

Durante o processo de produção dos livretos, algumas reflexões foram fundamentais para conscientizar os/as estudantes sobre a atividade por eles/elas desenvolvidas, tais como: Qual a importância de se trabalhar com temáticas relativas à inclusão e à diversidade humana, de forma reflexiva, científica e desvinculada de estereótipos? O que significa ser diferente e ao mesmo tempo ser único nas relações interpessoais? Qual o valor afetivo e social da escrita? O que significa a autoria para o autor e para seus leitores? Como a literatura pode contribuir para a desmistificação de estigmas sociais? De que forma o material produzido pode contribuir na relação escola e família, na discussão de temáticas atuais, “polêmicas” e ao mesmo tempo próprias da heterogeneidade humana?

Em seguida, os livretos foram encadernados, apresentados na escola e trabalhados em turmas dos anos iniciais do ensino fundamental. Os pais foram convidados a conhecer o material produzido.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme nossa proposição, os estudantes, por escolha própria, produziram livretos retratando temas compreendidos em dois grupos, sendo o primeiro relacionado aos diferentes tipos de deficiências: sensoriais, físicas e múltiplas, e o segundo, a partir de temáticas relacionadas à diversidade de gênero e à identidade sexual.

Constatamos que a grande maioria dos estudantes preferiu produzir o material contemplando a primeira temática, em que as deficiências retratadas foram: física (paralisia cerebral, monoplegia, tetraplegia, amputação e outras); deficiência sensorial auditiva, visual, intelectual, múltiplas e síndromes (principalmente a de Down e o Autismo), como na cena apresentada a seguir.

Figura 1. Imagem retratando a exclusão escolar por deficiência física.



Fonte: Livreto confeccionado por Almeida e Brasil (2005).

A figura acima retrata o convívio escolar de um estudante com deficiência física. A imagem revela atitudes de exclusão, podendo ser caracterizada pelos olhares, expressão facial, distanciamento do grupo em relação ao rapaz de muletas,

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



e o seu próprio olhar e posição da cabeça voltada para os colegas de turma, como uma forma de apelo para sentir-se incluído. A esse respeito, Jodelet (2014) adverte, conforme explica a Psicologia Social, no que refere à segregação, marginalização e discriminação.

Com efeito, a exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma material ou simbólica, através da qual ela se traduz: no caso da segregação, através do afastamento, da manutenção de uma distância topológica; no caso da marginalização, através da manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou do corpo social; no caso da discriminação, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis e status, ou através de um fechamento diferencial ou negativo (p. 55).

Quanto ao aspecto diversidade e identidade de gênero, apenas uma aluna construiu sua proposta retratando uma adolescente com deficiências múltiplas e, de forma velada, de orientação sexual, que sugere não heterossexual, conforme podemos depreender da cena abaixo.

Figura 2. Imagem insinuando relação homoafetiva.



Fonte: Livreto confeccionado por Almeida e Brasil (2005).

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Apesar de a parte escrita do livreto não se referir a uma relação homoafetiva, no momento de sua apresentação para os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, uma criança fez a seguinte observação: “parece que eles estão querendo namorar”. No entanto, esta expressão não foi explorada pelas autoras.

A esse respeito, Buratto e Ceccato (2016, p. 34) argumentam:

Ainda há muito silêncio na escola quando a temática enfoca o assunto gênero na educação, isso ocorre devido a vários fatores e é preciso que os educadores e as educadoras sejam nutridos/as de conceituações teóricas e práticas pedagógicas para abordar os temas em questão.

O silenciamento da escola nas questões relacionadas à diversidade presente nas propostas curriculares, nos projetos pedagógicos, nas propostas educacionais e nas inúmeras práticas da educação básica, bem como se existe sensibilidade sobre este aspecto nas suas várias etapas e modalidades de ensino ou se esta preocupação é apenas de poucos professores/as ou se ocupa lugar relevante nos currículos e propostas pedagógicas, são reflexões e indagações que os profissionais da educação precisam fazer constantemente, sobretudo, para situar o lugar ocupado pela diversidade na escola (GOMES, 2008).

Nesse sentido, os temas de relevância social não trabalhados pela escola podem significar conhecimentos negligenciados e, em decorrência desta atitude, significar a exclusão dos/as estudantes que não são considerados/as “normais”. Entendemos que as discussões sobre sexualidade precisam ser feitas na e pela escola, porque ela faz parte da composição dos sujeitos, algo que não se pode “desfazer” e “reconstituir” ao bel-prazer. Assim sendo, a diferença de gênero é um desafio permanente a ser afrontado na escola, pois a forma de utilização social e política de seus significados pode gerar preconceito e exclusão escolar. Para conceituar gênero, Cabral e Battezzatti, assim o define:

O conceito de gênero segue em construção. A identidade sexual, antes dicotômica que distinguia somente o masculino do feminino, ampliou-se para abranger homossexuais, lésbicas, transexuais, travestis etc., que não se identificam como homens ou mulheres. Hoje se sabe que o suposto sexo

Realização:



Apoio:



biológico e a identidade subjetiva nem sempre coincidem (p.100).

Em relação à atitude dos pais a respeito do posicionamento da criança enquanto ouvia a história e explorava as suas imagens (figura 2), não houve verbalizações por eles, apenas demonstraram associar a imagem ao texto. Parece-nos que o grande receio e preocupação dos pais de escolares que estão em fase de formação de sua identidade, é a da escola trabalhar com conteúdo de orientação sexual, pois acreditam que os filhos vão ter suas escolhas desvirtuadas em relação aos valores familiares, no entanto:

Conhecimentos relacionados à orientação sexual são fundamentais. Que não quer dizer orientar estudantes em assuntos da prática sexual, mas sim, perceber as questões relacionadas aos desejos, prazeres, afetos, intimidade nas relações humanas, sempre incluindo de forma natural a homossexualidade, a heterossexualidade e bissexualidade como possibilidades afetivas do ser humano (PERUZZO; HELLMANN, 2016, p.98)

Em relação à diversidade, a história “patinho feio” foi parafraseada por uma dupla de estudantes, mostrando aspectos da heterogeneidade humana, relativa às características étnico-raciais depreciadas socialmente, como o preconceito, discriminação, estereótipos e estigmas, o que demonstrou uma situação “natural”, nos relacionamentos humanos. A heterossexualidade se enquadra nesta “naturalidade invisível”, portanto, ser heterossexual em nossa sociedade é estar de acordo com as normas sociais de orientação sexual majoritárias.

Desde a educação infantil, ao frequentar o ambiente escolar, a criança já traz o modelo de família na qual nasceu e/ou convive, donde percebe ou lhe é ensinado as características e as dicotomias homem/mulher e seus modos de vestir e de agir. Estas referências são basilares em sua construção da ideia de gênero. Nesse sentido, cabe à escola, trabalhar com os/as estudantes a pluralidade do universo de composição familiar, bem como, as relações de poder entre o domínio do sexo masculino sobre o feminino, o respeito às identidades de gênero e as especificidades na formação da raça humana, combatendo formas de supervalorização de certas características sobre outras, como a cor de pele branca e

Realização:



Apoio:



o pertencimento social, por exemplo. A esse respeito, e de acordo com Barreto, Araújo, Pereira, e colaboradores, (2009, p. 49) orientam: “Se quisermos contribuir para um mundo justo em que haja equidade de gênero, devemos estar atentos para não educarmos meninos e meninas de maneiras radicalmente distintas”.

A relação família e escola baseia-se na divisão do trabalho de educar crianças e jovens, e compreende responsabilidades mútuas. O que diverge nessa parceria, muitas vezes, são as representações que cada uma faz em relação ao papel que a outra exerce na formação dos escolares. Comumente essa relação tem se reservado apenas à obrigação materna, uma vez que o termo pais, desonera a figura masculina dessa obrigação, o que implica na sobreposição de um gênero sobre outro (CARVALHO, 2004).

Os desafios e o percurso para se educar para a diversidade não é tarefa simples, mas necessária e urgente, principalmente quando se trata de uma instituição de ensino, em que reina um forte extrato e tradição da supremacia da heterogeneidade humana. Os diferentes não devem ser tratados com desiguais, mas respeitados em suas individualidades, assim como dizia Boaventura de Sousa Santos (1997).

Considerar a importância de estratégias de ensino que levem os estudantes a refletir sobre as situações contextuais, sejam elas sexuais, culturais, sociais, políticas, raciais e religiosas postas socialmente, é uma função social que a escola deve desempenhar, uma vez que tem a missão de formar homens e mulheres para exercerem sua cidadania, independentemente, de escolhas, características e pertencimentos individuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, ao tratar as questões de corpo, gênero e sexualidade apenas pelo viés biológico, desconsiderando as dimensões e suas representações sociais e culturais, gera a neutralidade e reproduz uma concepção hegemônica de seu alunado, o que não condiz com a diversidade humana. Esta posição política da

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



escola a leva a um distanciamento da realidade social donde se origina seus “conflitos”. Em outras palavras, a escola deve-se constituir em espaço de reflexões sobre as implicações éticas e políticas que devem pautar as discussões sobre as diversidades que compõem os grupos minoritários, sejam por características de gênero, sexual, religiosa, racial e outras.

Nesse sentido, para que esta proposição aconteça, é imprescindível o investimento na formação inicial e continuada dos docentes, uma vez que, pela educação tradicional, muitos estigmas foram sedimentados nas concepções de normal/anormal, branco/preto, azul/rosa, macho/fêmea e tantas outras dicotomias, que são desafios que precisam de respostas mais precisas e contundentes, para que, enquanto educadores, possamos desmistificar equívocos e vislumbrar novas representações sociais de igualdade de direitos e deveres de todos e todas.

Ao lidarmos com a relação família e escola, a primeira ideia que nos vem é a de que os pais se envolvem e participam das solicitações da escola apenas para acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos/as filhos/as. Entretanto, o que temos vivenciado, quase sempre, é uma forte resistência deles, por conta, provavelmente, de questões de tradição e dogmas religiosos, quando a escola, por meios científicos, planeja e tenta trabalhar com as temáticas trazidas nessa nossa discussão.

Esperamos que outras pesquisas sejam realizadas sobre estratégias de ensino, que contribuam com as discussões e reflexões sobre a diversidade de seres humanos que convivem em espaços escolares. Assim sendo, com este artigo, não é nossa intenção esgotar o assunto, mas a de apresentar uma das muitas formas de autoria e mediação pedagógica para tratar assuntos de relevância pessoal e social.

## BIBLIOGRAFIA

BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia:** Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.** Disponível em:

Realização:



Apoio:



<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 09 de jul.2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 09 de jul. 2015. de jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, aprovada em 06 de julho de 2015.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BURATTO, A. P.; CECCATO, M. W. Percepções de responsáveis, educadores/as e estudantes das zonas urbana e rural sobre as relações de gênero. In: COVALAN, N. T.; WANZINACK, C. (Orgs.). **Educação à distância, gênero e diversidade: interações nas práticas escolares.** Rio de Janeiro: Autografia, 2016. p. 34-46.

CABRAL, P. S.; BATTEZZATTI, S. C. C. Qual o conceito de gênero na perspectiva docente? In: MÉLO, T. R.; WANZINACK, C. (Orgs.). **Educação à distância, gênero e diversidade: interações nas práticas escolares.** Rio de Janeiro: Autografia, 2016. p. 98-107.

CARVALHO, M. E. P. Modos de educação, gênero e relação família-escola. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. p. 41-58. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

GOMES, N. L. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (Orgs.). **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARANHÃO FILHO, E. M. A. **Inclusão de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes.** **Oralidades**, v. 11, jan./jul. 2012. p. 89-116. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/oralidades/article/view/107302/105801>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação





PERUZZO, L.; HELLMANN, F. Gênero e diversidade: convivendo com o diferente na escola pública de Blumenau. In: COVALAN, N. T.; WANZINACK, C. (Orgs.). **Educação à distância, gênero e diversidade**: interações nas práticas escolares. Rio de Janeiro: Autografia, 2016. p. 86-101.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na transição pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1997.

VALLE, S. A.; MÉLO, T. R. Transexualidade e as feridas da heteronormatividade. In: COVALAN, N. T.; WANZINACK, C. (Orgs.). **Educação à distância, gênero e diversidade**: interações nas práticas escolares. Rio de Janeiro: Autografia, 2016. p. 110-121.

## **REPRESENTING HUMAN DIVERSITY BY AUTHORSHIP AND THE SCHOOL AND FAMILY RELATIONSHIP**

**Abstract:** The present work deals with a teaching strategy developed with students of the teacher training course, aimed at students in the initial years of elementary education and their families, with themes related to family composition, human diversity and plurality of gender. Our goal was to develop the authorship of students through the production of booklets of children's and adolescent literature, as well as to conscientize them about diversity in the formation of society and the respect we should have in dealing with human heterogeneity. This proposal was worked out in the Teacher Training course at a secondary level, in a school located in the northern region of the State of Paraná, in the discipline of Driving Concepts of Special Education, and the students produced booklets and presented them to students of the initial years of Elementary schools and their families. The methodological suggestion proved to be quite satisfactory, since in addition to developing students' taste and literary skills, it also fulfilled the function of empathic understanding, leading them to conceive that, because we are unique, therefore different beings, we must respect and be respected in our individualities, because what equates us is the human race to which we belong.

**Key words:** Human diversity; plurality of gender; family and school relationship; teaching strategy; authorship.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de  
Teoria e Prática  
da Educação

